



MEDIEVALISTA

N.º 33 | Janeiro – Junho 2023

ISSN 1646-740X

**As várias faces das monjas cistercienses em Portugal
(1211-1385)***

**The multiple faces of Cistercian nuns in Portugal
(1211-1385)**

Luís Miguel Rêpas

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

luisrepas@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5437-9437>

Data recepção do artigo / Received for publication: 6 de Dezembro de 2022

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6332>

* Este artigo resulta do trabalho realizado pelo autor no âmbito da sua Tese de Doutoramento, intitulada *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*, em 2 vols. (sendo o vol. 2 dividido em 2 tomos), que foi orientada por Maria Helena da Cruz Coelho e defendida, em 2021, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e representa o ponto em que se encontra a investigação sobre o monaquismo cisterciense feminino em Portugal no período medieval.



A imagem que, tradicionalmente, prevalecia do monaquismo feminino cisterciense português, em tempos medievais, associava-o às elites nobiliárquicas, o que, em nosso entender, parecia resultar da sua identificação com os primeiros mosteiros fundados pelas filhas de D. Sancho I, as Infantas D. Teresa, D. Mafalda e D. Sancha (em Lorvão, Arouca e Celas, respetivamente), aqueles que melhor se conheciam e que primeiro foram estudados¹. Tal como sucedeu noutros reinos europeus, também nestas três casas conventuais sobressai o papel desempenhado por mulheres poderosas que usaram a sua fortuna pessoal e o seu prestígio para fundar ou reformar mosteiros onde instalaram monjas cistercienses, sobre os quais exerceram depois um controlo direto como padroeiras. Estes espaços religiosos ofereciam às mulheres da família real ou da nobreza, sobretudo viúvas, com riqueza e poder, a oportunidade de viverem a derradeira fase da sua vida num ambiente espiritual propício à salvação das suas almas e em conformidade com a sua elevada condição social.

A proteção e o favorecimento que lhes foram dispensados pelas Infantas, que aí viviam a par das suas comunidades, associando-as à realeza, depressa captaram as

¹ Para o Mosteiro de Lorvão, destacamos o trabalho de MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister”. *Revista Portuguesa de História* 18 (1980), pp. 231-283 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125), bem como a dissertação de mestrado de SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001 e a tese de doutoramento de BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade*. 2 vols., [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002. Ainda para o mesmo mosteiro, mas para tempos mais recuados, ou seja, para o período anterior à comunidade feminina, poder-se-ão consultar os trabalhos de AZEVEDO, Rui de – “O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã”. *Arquivo Histórico de Portugal* I (1932), pp. 183-239 e de MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Memória de um Mosteiro: Lorvão, séculos IX-XII. História de uma comunidade masculina*. Penacova: Câmara Municipal de Penacova, 2021. Para o Mosteiro de Arouca destacam-se os trabalhos de COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. 2.ª ed., Arouca: Câmara Municipal de Arouca / Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988 (1.ª ed., Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977) e *Arouca – uma terra, um mosteiro, uma santa*. 2.ª ed., Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda – Museu de Arte Sacra de Arouca, 2005 (1.ª ed., Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1989), bem como a dissertação de mestrado de RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Edições Magno, 2003. Finalmente, para o Mosteiro de Celas, a obra de MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001.

atenções e a preferência de muitas mulheres da mais ilustre aristocracia medieval portuguesa, que se lhes juntaram, também elas pródigas para com tão prestigiantes cenóbios, não raras vezes escolhendo-os para neles levarem vida monástica². Dentro deste grupo os referidos mosteiros (sobretudo o de Arouca e o de Lorvão) estabeleceram, então, o seu principal campo de recrutamento durante todo o século XIII e uma grande parte do século XIV.

Esta é, porém, apenas uma das faces das casas de monjas cistercienses existentes em Portugal, uma vez que o estudo sistemático das fontes, numa perspetiva comparativa, nos permitiu concluir que sob a obediência à mesma ordem monástica viviam sete comunidades constituídas por religiosas de diferentes estatutos sociais e, também por isso, com níveis de riqueza, vivências e aspirações bem díspares. Assim, uma das vertentes mais importantes do trabalho que desenvolvemos para doutoramento consistiu, precisamente, em demonstrar como o universo dos mosteiros cistercienses femininos, nos séculos XIII e XIV, foi multifacetado. E são, de facto, muitos os aspetos que diferenciam estas casas monásticas.

Sobressai, ao nível institucional, a comunidade de Cós, que vivia na dependência económica do Mosteiro de Alcobaça, revestindo-se, assim, de contornos bem díspares das suas congéneres cistercienses, desde logo pela sua subordinação direta aos religiosos de Alcobaça, que proviam as suas *sorores* de tudo quanto necessitavam, incluindo a alimentação, o vestuário e o calçado³. Tratando-se, num

² Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz; MARTINS, Rui Cunha – “O Monaquismo Feminino Cisterciense e a Nobreza Medieval Portuguesa (séculos XIII-XIV)”. *Theologica* 28/2 (1993), pp. 481-506 e SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “Monjas e Filhas d’Algo. A aristocratização do monacato feminino (Sécs. XII-XIV)”. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; OSSWALD, Helena (coord.) – *Ao encontro de Histórias e Patrimónios Monásticos. Livro do X Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2015, pp. 27-38.

³ Para além da obra de SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998, vejame-se os seguintes trabalhos, mais recentes e apoiados nalguma documentação entretanto descoberta: RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: a comunidade monástica no período medieval”. *Lusitania Sacra* [Em linha] 41 (2020), pp. 181-208. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniyasacra/arti-cle/view/10124/9889>; RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte”. *Lusitania Sacra* [Em linha] 42 (2020), pp. 205-229. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em [Medievalista N.º 33 | Janeiro – Junho 2023](https://revistas.ucp.pt/index.php/lu-</p>
</div>
<div data-bbox=)

primeiro momento, de uma casa onde se recolhiam mulheres pobres, sobretudo viúvas, cujas origens é possível recuar a 1241⁴, Santa Maria de Cós acabou por se organizar como um convento de monjas. Porém, alguns relatos quinhentistas, de Vasco de Pina e Frei Claude de Bronseval, descrevem a pobreza em que a sua comunidade vivia, em oposição ao que sucedia com a generalidade das suas congéneres, e permitem perceber as condições miseráveis dos seus edifícios⁵. Na verdade, o complexo monástico só foi construído no século XVI, tendo as monjas, até então, vivido em casas adaptadas à vida conventual, como se depreende pelas palavras de Frei Claude de Bronseval, que diz que o mosteiro de Cós era “um lugar rústico ou doméstico, mais do que monástico ou regular, sem qualquer construção que lembre um mosteiro”⁶.

No âmbito institucional, destaca-se, ainda, o Mosteiro de Odivelas, com uns estatutos próprios, impostos às religiosas pelo fundador, o rei D. Dinis, em 1295⁷. Estes estatutos revelam a preocupação do monarca com o cumprimento da Regra de São Bento e da normativa cisterciense, sobretudo no que se refere à clausura, que

sitianiasacra/article/view/10333/10730; e RÊPAS, Luís Miguel – “As *sorores* de Cós e a sua ligação ao Mosteiro de Alcobaça (em tempos medievais)”. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, Coleção Estudos Monásticos Alcobacenses, 2022, pp. 382-411 [Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/145239>].

⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.ª Incorporação, Mç. 7, doc. 4 (publicado por COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – *Origem da Enfiteuse no Direito Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957, doc. 143, pp. 304-305 e SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto*, doc. 41, pp. 338-339).

⁵ Vasco de Pina (cavaleiro da Casa Real e vedor e administrador das obras e das rendas dos coutos alcobacenses) disse, em 1519, que “a igreja e a casa como os ornamentos dela são de jrmjda d’aldeia” e, em 1527, atesta-se a realização de obras no seu telhado (SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto*, docs. 60 e 70, de 2 de agosto de 1519 e 23 de dezembro de 1527, pp. 362-363 e 373-374, respetivamente).

⁶ Frei Claude de Bronseval referiu ainda que “a miséria do lugar lembrava o exílio” (SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto*, doc. 1, de 20 e 21 de novembro de 1532, pp. 257-258, em tradução para português feita a partir de BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. Tomo II. Paris: Presses Universitaires de France, 1970, pp. 464-469: “*Monasterium hoc est locus rusticus, seu domesticus, non monasticus aut regularis, sine forma monasterii quacumque*”; “*Et vere miseria loci predicabat exilium*”). Confirma-se, assim, a descrição de Vasco de Pina, que diz ser certo “que não pode ser mor pobreza do que ha naquela casa” e que “as casas que tem não ay nenhuma que não seja melhor a de qualquer casall pobre e destas ainda não tem as que lhe são necessárias” (SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto*, doc. 60, de 2 de agosto de 1519, pp. 362-363).

⁷ RÊPAS, Luís Miguel – “Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas (Lisbon): Royal Statutes and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c. 1295-1319)”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 277-309.

deveria ser rigorosamente respeitada. Tal preocupação antecipa, aliás, a decretal *Periculoso*, promulgada em 1298, pelo papa Bonifácio VIII, a qual obrigava todas as religiosas (independentemente da Ordem a que pertenciam) a uma vida de estrita clausura, interditando-as de contactar com o mundo, e proibia a entrada no mosteiro de pessoas estranhas à comunidade (com amplas restrições mesmo para os clérigos)⁸. Para esse efeito, o monarca estabeleceu princípios rigorosos que as monjas de Odivelas deviam cumprir, de forma a evitar escândalos e situações reprováveis dentro dos espaços monásticos; tais princípios eram únicos em Portugal no contexto cisterciense e refletem a intenção do monarca de marcar a diferença em relação às restantes comunidades, onde as monjas podiam sair do seu mosteiro para, por exemplo, reclamar as suas heranças e administrar o seu património.

Biografar as monjas (1211-1385)

O outro grande propósito da investigação realizada consistia na elaboração de biografias das monjas cistercienses portuguesas até 1385. Com a informação reunida para 447 religiosas, que consta dos dois tomos que integram o segundo volume da tese, e que incide na sua cronologia, na sua identificação e no seu património, foi possível traçar os perfis sociológicos das comunidades. O tratamento e a análise destes dados permitiram perscrutar os padrões de recrutamento de cada mosteiro e, nalguns casos, a sua evolução ao longo do tempo (salientando as características que são comuns e aquelas que os distinguem), precisar essas especificidades e articular o recrutamento monástico com fatores políticos, sociais, demográficos, geográficos, espirituais e económicos.

Note-se que, apesar dos muitos trabalhos académicos e de outros estudos de menor fôlego apresentados sobre mosteiros cistercienses femininos na década de 1990 e na década subsequente, subsistiam lacunas profundas no panorama das comunidades cistercienses. Lembramos, a título de exemplo, que não era conhecida qualquer lista sistemática de religiosas de Arouca entre 1317 e 1399⁹ ou de Lorvão

⁸ Cf. MAKOWSKI, Elisabeth – *Canon Law and Cloistered Women. Periculoso and its commentators, 1298-1545*. Washington: The Catholic University of America Press, 1997.

⁹ Período que medeia entre as dissertações de mestrado de ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa de – *O Mosteiro Cisterciense de Arouca. Comunidade e Património (1300-1317)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003, 2 vols.; e de VIGÁRIO, Rafael Marques – *O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

na segunda metade do século XIII¹⁰, momentos, aliás, de grande prosperidade nessas casas conventuais; que as listas de abadessas e demais religiosas de Almoester ou Odivelas disponíveis eram imprecisas¹¹; e, pior, que para Cástris pouco ou nada se sabia sobre a constituição da sua comunidade, que foi quase votada ao silêncio.

Entretanto, através do trabalho desenvolvido, deu-se a conhecer a composição social das comunidades conventuais cistercienses femininas, ao longo de mais de mil e quatrocentas páginas de biografias, em que se procedeu à identificação das religiosas que as integraram ao longo da primeira dinastia e das respetivas famílias, sempre que isso foi possível. Usando, então, o método prosopográfico, reconstituiu-se a malha social que envolvia as comunidades, o que permitiu identificar as forças que as dominavam e/ou sustentavam e compreender os processos através dos quais estes mecanismos funcionavam. Para além da sua natural importância enquanto espaços de intercessão entre o humano e o divino, é inegável, por um lado, o papel que as casas de monjas cistercienses exerceram na sociedade medieval e, por outro, a forma como nelas se refletem os padrões das relações sociais que se encontram no mundo laico.

Se, no que aos homens concerne, as ordens militares exerceram um papel estruturante no relacionamento das famílias, no que às mulheres diz respeito, os mosteiros femininos, e as abadias cistercienses em particular, constituem-se como um espaço de prolongamento da sociedade medieval, altamente senhoralizada e hierarquizada, pautada pelas classes dos dominantes e dos dominados, onde, numa visão mais aproximada, se consegue distinguir – entre os dominantes, aqueles (ou aquelas) que aqui mais nos interessam – vários patamares de poder, entretecidos em intrincadas e complexas redes de influência que se projetam, claramente, do exterior para o interior da comunidade. A história da vertente feminina da Ordem de Cister é, por isso, indissociável da história da sociedade medieval.

¹⁰ Período que não é abrangido pelos estudos de MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “As primeiras freiras de Lorvão”. *Cistercium* 213 (outubro-dezembro 1998), pp. 1083-1129 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister*, pp. 127-180) e SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV*.

¹¹ PINTO, Margarida Isabel da Silva – *O mosteiro de Odivelas no século XIV. Património e Gestão*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000. Dissertação de Mestrado; e VARANDAS, José Manuel Henriques – *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no séc. XIV*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1994 [Provas de capacidade científica e aptidão pedagógica].

Neste contexto, e no campo de análise da interrelação da nobreza com os principais mosteiros cistercienses femininos, percebe-se que o alinhamento das linhagens nos conflitos políticos que marcaram o reinado de D. Afonso II e o final do reinado de D. Sancho II constituiu um fator determinante no recrutamento dos Mosteiros de Arouca e de Lorvão, com reflexos na constituição das comunidades conventuais que são facilmente visíveis nas quatro décadas que se sucedem à guerra civil de 1245-1247, e em relação aos quais ainda é possível encontrar alguns ecos tardios que se estenderam pela primeira metade do século XIV. Falamos, desde logo, do facto de o Mosteiro de Lorvão ter tido quatro abadessas sucessivas pertencentes às famílias Sousa e Briteiros, que o governaram entre 1257 e 1288¹², ou seja, numa altura em que o Mosteiro de Arouca era controlado por senhoras de Riba de Vizela (1244-1286)¹³. Estes mosteiros encontravam-se, assim, entregues às famílias que lideraram os partidos que se opuseram em ambos os conflitos atrás mencionados: de um lado, Sousas e Briteiros, que, tal como D. Teresa, estiveram contra D. Afonso II e, mais tarde, apoiaram o *Bolonhês*; do outro, Riba de Vizela, linhagem que se posicionou ao lado de D. Afonso II e de D. Sancho II, e que esteve muito próxima de D. Mafalda, em Arouca.

Na verdade, estes alinhamentos (em cada um dos mosteiros) não se restringem às abadessas. As solidariedades que decorrem do estabelecimento de laços de vassalagem e de parentesco, por intermédio de uma estratégia política de casamentos, estruturam a nobreza medieval portuguesa e refletem-se, de forma evidente, no seio das comunidades conventuais. Como demoradamente se demonstrou na tese, em Lorvão encontramos monjas de outras famílias que se posicionaram ao lado da rainha D. Teresa naqueles conflitos; ao invés, em Arouca encontramos uma Soverosa (linhagem fiel a D. Afonso II e D. Sancho II) e outras monjas de famílias de menor

¹² Marinha Gomes de Briteiros (1257-1269), Teresa Mendes de Sousa (1270-1272), Urraca Rodrigues de Briteiros (1276-1280) e Maria Anes [de Sousa] (1281-1288), cujas biografias se traçam em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento, vol. 2, tomo 2, pp. 339-352, 375-383, 398-401 e 304-309, respetivamente.

¹³ Maior Martins de Riba de Vizela (1244-1285) e Guiomar Gil de Riba de Vizela (1286), cujas biografias se traçam em RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 2, tomo 1, pp. 517-557 e 254-270, respetivamente.

importância, que se achavam no *entourage* dos Riba de Vizela, ou que com eles alinharam nos conflitos que travaram¹⁴.

No que respeita ao recrutamento das monjas, destacamos, de forma sumária, mais alguns aspetos: [1] a elitização das comunidades de Arouca e de Lorvão ao longo de todo o século XIII e a perda de influência de Lorvão, a partir do segundo quartel do século XIV, no que se refere à capacidade para recrutar as suas monjas nas famílias mais importantes do reino, em resultado da ascensão fulgurante de Santa Clara de Coimbra, sobre a égide da Rainha Santa Isabel¹⁵, a qual foi ainda agravada pelos efeitos devastadores que a Peste Negra entretanto teve na comunidade conventual¹⁶; (2) o mosteiro de Odivelas, dotado e fundado por D. Dinis, e depois eleito para seu local de sepultura, não conseguiu, ao longo do século XIV, superiorizar-se aos de Arouca ou Lorvão, nem tão-pouco exercer uma maior atração sobre a nobreza portuguesa do que a protagonizada pelo Mosteiro de Celas de Coimbra ou pelo Mosteiro de Almoester; tal facto estará, porventura, associado, por um lado, ao rigor dos estatutos que o monarca impôs a estas monjas, mas, refletirá, também, seguramente, o posicionamento da nobreza face à política antissenhorial do rei que fundou esta casa monástica¹⁷; (3) a atipicidade do mosteiro de Cós, que, em termos de recrutamento, não se compara a nenhum dos seus congéneres cistercienses.

Assim, o trabalho realizado tornou evidentes as disparidades que existiam ao nível da composição social das várias comunidades e procurou associar as vivências

¹⁴ Cf. RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 1, pp. 322-327.

¹⁵ ANDRADE, Maria Filomena – «*In Oboedientia, sine Proprio et in Castitate, sub Clausura*»: *A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011. Tese de Doutoramento.

¹⁶ O que se depreende da documentação coeva, quando se alude ao tempo da “pestelência”, em que “sse morrerem a maior parte das donas que avia no dicto moesteiro” (Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Lorvão*, gav. 1, Mç. 7, n. 26, de 4 de Novembro de 1349, publicado por BAIÃO, António – “As freiras de Lorvão e a peste de 1348”. *O Instituto* 100 (1942), pp. 734-737). É, de facto, possível confirmar documentalmente o falecimento de duas monjas no contexto da Peste Negra: Berengária Peres e Teresa Vasques de Coreixas (RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 1, pp. 295-296).

¹⁷ Observação que havia já sido feita noutra local (RÊPAS, Luís Miguel – “Entre o mosteiro e a cidade: o recrutamento social das ‘donas’ de Odivelas”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (Coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 232-238).

anteriores e as expetativas dessas religiosas ao modo como, efetivamente, viveram os preceitos monásticos, como a clausura, a castidade ou a pobreza.

O estudo das monjas, individualmente e no seu conjunto, de acordo com a realidade de cada comunidade conventual, demonstrou como os mosteiros cistercienses em análise responderam às necessidades sociais e espirituais da sociedade portuguesa, ao longo dos séculos XIII e XIV, beneficiando de um contexto extraordinariamente favorável à sua expansão, para o qual convergiram múltiplos fatores. Corresponderam também ao aumento do protagonismo feminino no fenómeno religioso europeu, verificado no século XIII, que levou à multiplicação de casas de monjas.

O referido estudo mostrou, ainda, na esteira de Eileen Power¹⁸ e de Maria Filomena Coelho¹⁹, como, independentemente da riqueza e do prestígio de cada mosteiro, do estatuto social das monjas que integravam cada comunidade ou das *familiares* que aí se acolhiam, da forma como aí se vivia, da sua localização ou até do estado dos seus edifícios, para cada uma das mulheres referidas nesta tese, o mesmo mosteiro tanto podia representar uma carreira, como uma vocação, uma prisão ou um refúgio²⁰.

A terminar este panorama, salientamos, também, o importante papel exercido pelas mulheres na fundação das casas de monjas cistercienses, ao longo do século XIII, que não difere, aliás, daquilo que se conhece para o restante Ocidente medieval. Desde logo, na fundação de mosteiros, normalmente por iniciativa de mulheres da família

¹⁸ POWER, Eileen – *Mujeres Medievales*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1979, pp. 113-128.

¹⁹ COELHO, Maria Filomena – *Expresiones del Poder Feudal: El Císter Femenino en León (Siglos XII y XIII)*. [León]: Universidad de León, 2006, p. 147.

²⁰ Sobre este aspeto, veja-se, a título de exemplo, outros trabalhos, de menor dimensão: RÊPAS, Luís Miguel – “As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estudo de trajetórias individuais ou familiares”. *Lusitania Sacra* [Em linha] 17 (2005), pp. 63-91. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/6994/6772>; RÊPAS, Luís Miguel – “«Ela houve mau preço, e colheu-se, com medo deste Paai Soarez, seu marido, a Arouca, e filhou havito». Mulheres que procuram asilo em mosteiros cistercienses”. In POLÓNIA, Amélia; MANGAS, Francisco (coords.) – *Mobilidades: olhares transdisciplinares sobre um conceito global* [Em linha]. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pp. 427-440. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19197.pdf>.

real ou da nobreza. Mas este protagonismo feminino no fenómeno religioso europeu do século XIII dever-se-á estender também às *mulheres religiosas* que, quase sempre de uma forma incógnita, mas impelidas por um imenso fervor e por uma enorme devoção, procuraram na reclusão uma forma de aperfeiçoamento espiritual, o que as levou a emparedar-se ou a encerrar-se em *celas*, levando uma vida ascética e de penitência. Em momentos diferentes do século XIII, estas iniciativas, depois de devidamente institucionalizadas, conduziram também ao aparecimento de duas casas de monjas cistercienses: falamos, obviamente, de Santa Maria de Celas, em Coimbra, e de São Bento de Cástris, em Évora.

Novos caminhos de investigação

Por muito aprofundados que os trabalhos possam ser, nunca conseguirão abarcar todas as dimensões da história das comunidades monásticas. Assim sucede, naturalmente, com esta tese, e são, por isso, múltiplos os campos de estudo que se mantiveram em aberto. É o caso da sigilografia cisterciense feminina, entretanto por nós abordada, com Maria do Rosário Barbosa Morujão, em trabalho intitulado *The Sigillography of Portuguese Cistercian Nuns (13th-14th centuries)*, que aguarda edição. Numa outra área de estudos, a das bibliotecas monásticas, que bem poderá merecer a atenção dos medievalistas, destaco o projeto em curso sobre o Mosteiro de Lorvão, intitulado *Books, Rituals and Space in a Cistercian Nunnery. Living, praying and reading in Lorvão, 13th-16th centuries* (ref. PTDC/ART-HIS/0739/2020). No entanto, outros trabalhos poderiam ser desenvolvidos, por exemplo, no âmbito da Arquivística, sobre a organização medieval e moderna dos cartórios monásticos (e até articulando-a com a arrumação atual da documentação conservada em arquivo)²¹.

Urge, ainda, avançar com o conhecimento sobre estas casas monásticas ao longo da segunda dinastia portuguesa. A tese em análise pára em 1385, uma vez que a crise sucessória deu origem a profundas alterações na sociedade portuguesa que abririam um novo campo de análise susceptível de constituir uma outra tese.

²¹ Veja-se, a este propósito, RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “La cultura escrita en los monasterios femeninos del Císter en Portugal (siglos XIII-XV): balance y perspectivas”. *Lusitania Sacra* [Em linha] 45 (Janeiro/Junho 2022), pp. 33-51. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/11603/11175>.

Quedámo-nos, pois, no fim da primeira dinastia. Trata-se do encerrar de um ciclo político e do início de um outro, que, no que nos interessava, ou seja, a nível social, culmina com o afastamento da antiga fidalguia do reino, que, na sua grande maioria, apoiou D. João I de Castela e D. Beatriz, e com a promoção de uma nobreza nova, a que apoiou o mestre de Avis e que estará associada aos novos feitos da expansão portuguesa. Aliás, José Mattoso, também para justificar o limite cronológico de um trabalho da sua autoria, afirmou que, “com a Revolução de 1383, a estrutura e várias das características da nobreza portuguesa se modificaram consideravelmente”²². Estas alterações na sociedade portuguesa tiveram, inevitavelmente, reflexos na configuração das comunidades estudadas.

Assim, importaria continuar a estudar o recrutamento das monjas cistercienses e a identificar as famílias que se impõem nestes mosteiros no novo contexto político e social. O posicionamento das famílias no xadrez político peninsular foi determinante para que algumas protagonizassem fulgurantes ascensões sociais e para que outras caíssem em desgraça no território português, sendo acusadas de traição e perdendo todos os seus bens, que reverteram para a Coroa e foram depois entregues àqueles que se colocaram ao lado do novo monarca. O peso das famílias, dentro dos mosteiros, também passou, necessariamente, a ser outro.

Tal situação foi já demonstrada para o Mosteiro de São Bento de Cástris, em Évora, onde a abadessa Joana Peres Ferreirim – que, de acordo com Fernão Lopes, era “parenta da Rainha [D. Leonor Teles] e sua criada” (ou da sua criação) – foi assassinada por populares, em Évora, em 1384, no contexto da revolta contra a fação de D. Beatriz e do rei de Castela, quando foi ouvir a missa à Sé com as suas freiras²³.

²² MATTOSO, José – “Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média”. In MATTOSO, José – *Portugal Medieval. Novas interpretações*. 2.ª edição, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992, p. 274.

²³ LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom Joham I... Parte Primeira*. Edição fac-similada da de Anselmo Braamcamp Freire de 1915, prefácio de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, cap. XLV; SANTOS, Fr. Manuel dos – *Monarquia Lusitana. Parte Oitava*, Lisboa Occidental, Officina da Musica, 1727 (reed. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988), p. 491; RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 2, tomo 2, pp. 165-174 (que correspondem à biografia de Joana Peres Ferreirim); RÊPAS, Luís Miguel – “Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora no quotidiano das monjas de São Bento de Cástris, durante o último quartel do século XIV”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *A vida quotidiana da cidade na Europa Medieval* [Em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 475-496. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/145006>.

Sucedeu-lhe Maior Pais Perdigoa (1385-1429), por intercessão do Condestável Nuno Álvares Pereira²⁴, e depois Inês Dias Lobo (1431-1467), que pertencia a uma família que, desde cedo, apoiou o Mestre e que também saiu altamente beneficiada com o seu triunfo²⁵.

Percebe-se, assim, que o destino das três abadessas agora referidas está ligado aos acontecimentos decorrentes da crise sucessória e, em particular, ao advento da nova dinastia de Avis. O mesmo deverá ter acontecido noutras comunidades, ainda que, porventura, não de uma forma tão trágica, tão imediata e tão óbvia.

No entanto, o avanço do conhecimento sobre estas comunidades esbarra, sobretudo, no elevado volume de documentação que ainda se mantém inédita, por falta de grandes edições diplomáticas²⁶. Na verdade, paradoxalmente, a conservação de uma quantidade significativa de fontes escritas para a generalidade destas casas (como Arouca, Lorvão, Odivelas, Celas, Almoster e até Cástris²⁷) obrigou os historiadores a empreender abordagens parcelares, cronologicamente delimitadas, para que pudessem ser exequíveis no contexto a que se propunham (dissertações de mestrado, provas, comunicações proferidas em congressos ou artigos), criando descontinuidades e lacunas no conhecimento sobre a história destes mosteiros e das suas comunidades, que se registam, sobretudo, a partir de meados de Quatrocentos.

²⁴ Expressa em carta dirigida ao abade de Alcobaça, dada pelo Mestre de Avis, em Torres Vedras, a 19 de dezembro de 1384 (publicada por SANTOS, Fr. Manuel dos – *Monarquia Lusitana. Parte Oitava*, pp. 494-495; veja-se, RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo*, vol. 2, tomo 2, pp. 180-189, que correspondem à biografia de Maior Pais Perdigoa).

²⁵ COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*. Évora: Edições do CIDEHUS – Edições Colibri, 2017. Sobre estas duas abadessas (das famílias Perdigoa e Lobo), veja-se, ainda, RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário – “Two families, a city, a convent: career, heritage and devotions of an elite woman of Évora at the beginning of the fifteenth century”. In FONTES, João Luís; MARTINS, Diana; BARREIRA, Catarina Fernandes; FARELO, Mário (eds.) – *An Embodied Religion: materialities and devotions in Medieval Europe*. Berlin: Peter Lang Verlag, 2023 [no prelo].

²⁶ Entre a pouca documentação publicada, para este período, após 1385, conta-se a do Mosteiro de Celas, em Coimbra, até 1434 (MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino*, pp. 169-654) e a do Mosteiro de Arouca, entre 1400 e 1437 (VIGÁRIO, Rafael Marques – *O Mosteiro de Arouca no Século XV*, pp. 114-293).

²⁷ Só o Mosteiro de Cós é extraordinariamente pobre em termos documentais, subsistindo, por exemplo, apenas doze documentos para o século XIV e cinco para o século XV, dos quais doze estão publicados por SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto*, docs. 17-21 e 53-57, GOMES, Saul António – “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”. *Revista Portuguesa de História* 36/1 (2002/2003), doc. 7 e RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II”, pp. 225-229.

Basta lembrar que em Portugal não há uma lista de monjas publicada para nenhum mosteiro cisterciense que cubra a segunda metade do século XV e que as únicas listas conhecidas de abadessas para este período são as do Mosteiro de Lorvão²⁸ e, mais recentemente, do Mosteiro de Arouca²⁹. Esta situação poderá ser ultrapassada, a seu tempo, com a edição dos diplomatários destas instituições religiosas, por onde passará, seguramente, a renovação dos estudos sobre as comunidades de monjas cistercienses em Portugal³⁰.

²⁸ BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão*, vol. I, p. 648.

²⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António – *Foral de Antuã. Edição Diplomática e Contexto Histórico*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2021, p. 32. Veja-se também SIMÕES JÚNIOR, Manuel Rodrigues – “Arouca: Subsídios para a sua monografia [CDLXVII-CDLXIX]”. *Defesa de Arouca* (11-2-2000; 18-2-2000 e 25-2-2000).

³⁰ A este propósito, registo os trabalhos que se encontram a decorrer. Para o Mosteiro de Odivelas está em curso um projeto em que se prevê a descrição, conservação e restauro, digitalização e disponibilização online de toda a documentação do Mosteiro. A inventariação sistemática e a descrição dos fundos do Mosteiro são tarefas que estão a ser desenvolvidas, no âmbito desse projeto, pelo Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Já se iniciaram também os processos de conservação, restauro e digitalização da documentação conservada em códices factícios, que se encontra na Torre do Tombo. Recentemente, o Município de Arouca assinou um protocolo com o Centro de História da Sociedade e da Cultura, da Universidade de Coimbra, para a edição, até 2030, da documentação relativa a Arouca e ao seu mosteiro até 1503, sob a coordenação científica de Maria Helena da Cruz Coelho e Luís Miguel Rêpas. Prevê-se, ainda, a publicação da documentação do fundo do Mosteiro de Almoester relativa ao século XIII (por Luís Miguel Rêpas e Filipa Roldão), em 2023, com o apoio do Instituto de Estudos Medievais, e, finalmente, no âmbito do Projeto *Books, Rituals and Space in a Cistercian Nunnery. Living, praying and reading in Lorvão, 13th-16th centuries* (ref. PTDC/ART-HIS/0739/2020), será desenvolvida uma base de dados em que se disponibilizará informação sistematizada sobre a documentação do Mosteiro de Lorvão até 1600, conservada na Torre do Tombo.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1.^a Incorporação, Mç. 7, doc. 4.

Lisboa, Torre do Tombo, *Ordem de Cister. Mosteiro de Santa Maria de Lorvão*, gav. 1, Mç. 7, n. 26.

Fontes impressas

BRONSEVAL, Claude de – *Peregrinatio Hispanica, Voyage de Dom Edme de Saulieu, Abbé de Clairvaux, en Espagne et au Portugal (1531-1533)*. Introdução, tradução e notas de D. Maur Cocheril. 2 Tomos. Paris: Presses Universitaires de France, 1970.

LOPES, Fernão – *Crónica del Rei Dom Joham I... Parte Primeira*. Edição fac-similada da de Anselmo Braamcamp Freire de 1915, prefácio de Luís F. Lindley Cintra. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977.

SANTOS, Fr. Manuel dos – *Monarquia Lusitana. Parte Oitava*, Lisboa Occidental, Officina da Musica, 1727 (reed. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1988).

Estudos

ANDRADE, Maria Filomena – «*In Oboedientia, sine Proprio et in Castitate, sub Clausura*»: *A Ordem de Santa Clara em Portugal (sécs. XIII-XIV)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2011. Tese de Doutoramento.

ALMEIDA, Dina Carla Ferreira de Sousa de – *O Mosteiro Cisterciense de Arouca. Comunidade e Património (1300-1317)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2003. Dissertação de Mestrado, 2 vols.

AZEVEDO, Rui de – “O mosteiro de Lorvão na reconquista cristã”. *Arquivo Histórico de Portugal* I (1932), pp. 183-239.

BAIÃO, António – “As freiras de Lorvão e a peste de 1348”. *O Instituto* 100 (1942), pp. 734-737.

BORGES, Nelson Correia – *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade*. [s.l.]: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, 2 vols.

COELHO, Maria Filomena – *Expresiones del Poder Feudal: El Císter Femenino en León (Siglos XII y XIII)*. [León]: Universidad de León, 2006.

COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*. Évora: Edições do CIDEHUS – Edições Colibri, 2017.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O mosteiro de Arouca: do século X ao século XIII*. 2.^a ed., Arouca: Câmara Municipal de Arouca / Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988 (1.^a ed., Coimbra: Centro de História da Universidade de Coimbra, 1977).

COELHO, Maria Helena da Cruz – *Arouca – uma terra, um mosteiro, uma santa*. 2.^a ed., Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda – Museu de Arte Sacra de Arouca, 2005 (1.^a ed., Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1989).

COELHO, Maria Helena da Cruz; GOMES, Saul António – *Foral de Antuã. Edição Diplomática e Contexto Histórico*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, 2021.

COELHO, Maria Helena da Cruz; MARTINS, Rui Cunha – “O Monaquismo Feminino Cisterciense e a Nobreza Medieval Portuguesa (séculos XIII-XIV)”. *Theologica* 28/2 (1993), pp. 481-506.

COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida – *Origem da Enfiteuse no Direito Português*. Coimbra: Coimbra Editora, 1957.

GOMES, Saul António – “Acerca da origem social das monjas cistercienses de Santa Maria de Cós”. *Revista Portuguesa de História* 36/1 (2002/2003), pp. 141-160.

MAKOWSKI, Elisabeth – *Canon Law and Cloistered Women. Periculoso and its commentators, 1298-1545*. Washington: The Catholic University of America Press, 1997.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “Inocência III e a passagem do mosteiro de Lorvão para a Ordem de Cister”. *Revista Portuguesa de História* 18 (1980), pp. 231-283 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 75-125).

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – “As primeiras freiras de Lorvão”. *Cistercium* 213 (outubro-dezembro 1998), pp. 1083-1129 (reeditado em MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 127-180).

MARQUES, Maria Alegria Fernandes – *Memória de um Mosteiro: Lorvão, séculos IX-XII. História de uma comunidade masculina*. Penacova: Câmara Municipal de Penacova, 2021.

MATTOSO, José – “Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média”. In MATTOSO, José – *Portugal Medieval. Novas interpretações*. 2.^a edição, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1992.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa – *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 2001.

PINTO, Margarida Isabel da Silva – *O mosteiro de Odivelas no século XIV. Património e Gestão*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2000. Dissertação de Mestrado.

POWER, Eileen – *Mujeres Medievales*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1979.

RÊPAS, Luís Miguel – *Quando a nobreza traja de branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*. Leiria: Edições Magno, 2003.

RÊPAS, Luís Miguel – “As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estudo de trajectórias individuais ou familiares”. *Lusitania Sacra* [Em linha] 17 (2005), pp. 63-91. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/6994/6772>.

RÊPAS, Luís Miguel – “Entre o mosteiro e a cidade: o recrutamento social das ‘donas’ de Odivelas”. In KRUS, Luís; OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís (coord.) – *Lisboa Medieval. Os rostos da Cidade*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007, pp. 232-238.

RÊPAS, Luís Miguel – *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021. Tese de Doutoramento, 2 vols.

RÊPAS, Luís Miguel – “Os efeitos das guerras e da revolta popular de Évora no quotidiano das monjas de São Bento de Cástris, durante o último quartel do século XIV”. In ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, Gonçalo Melo da (eds.) – *A vida quotidiana da cidade na Europa Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 475-496. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/145006>.

RÊPAS, Luís Miguel – “«Ela houve mau preço, e colheu-se, com medo deste Paai Soarez, seu marido, a Arouca, e filhou havito». Mulheres que procuram asilo em mosteiros cistercienses”. In POLÓNIA, Amélia; MANGAS, Francisco (coords.) – *Mobilidades: olhares transdisciplinares sobre um conceito global* [Em linha]. Porto: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2021, pp. 427-440. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/19197.pdf>.

RÊPAS, Luís Miguel – “Practise and the *Periculoso* in the Convent of Odivelas (Lisbon): Royal Statutes and Female Enclaustration in Medieval Portugal (c. 1295-1319)”. In FONTES, João Luís Inglês; OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Os Territórios da Lisboa Medieval* [Em linha]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2022, pp. 277-309. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/146072>.

RÊPAS, Luís Miguel – “As *sorores* de Cós e a sua ligação ao Mosteiro de Alcobaça (em tempos medievais)”. In BARREIRA, Catarina Fernandes (coord.) – *Manuscritos de Alcobaça. Cultura, identidade e diversidade na unanimidade cisterciense*. Lisboa/Alcobaça: DGPC/IEM, Coleção Estudos Monásticos Alcobacenses, 2022, pp. 382-411. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/145239>.

RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “La cultura escrita en los monasterios femeninos del Císter en Portugal (siglos XIII-XV): balance y perspectivas”. *Lusitania Sacra* [Em linha] 45 (Janeiro/Junho 2022), pp. 33-51. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/11603/11175>.

RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário – “Two families, a city, a convent: career, heritage and devotions of an elite woman of Évora at the beginning of the fifteenth century”. In FONTES, João Luís; MARTINS, Diana; BARREIRA, Catarina Fernandes; FARELO, Mário (eds.) – *An Embodied Religion: materialities and devotions in Medieval Europe*. Berlin: Peter Lang Verlag, 2023 [no prelo].

RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. I: a comunidade monástica no período medieval”. *Lusitania Sacra* [Em linha] 41 (2020), pp. 181-208. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/10124/9889>.

RÊPAS, Luís Miguel; FARELO, Mário; BARREIRA, Catarina Fernandes – “Uma Visitação Inédita ao Mosteiro de Santa Maria de Cós, de 1492. II: contextualização, estudo e edição da fonte”. *Lusitania Sacra* [Em linha] 42 (2020), pp. 205-229. [Consultado a 3 dezembro 2022]. Disponível em <https://revistas.ucp.pt/index.php/lusitaniasacra/article/view/10333/10730>.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva – *O Domínio de Santa Maria do Lorvão no Século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

SIMÕES JÚNIOR, Manuel Rodrigues – “Arouca: Subsídios para a sua monografia [CDLXVII-CDLXIX]”. *Defesa de Arouca* (11-2-2000; 18-2-2000 e 25-2-2000).

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “Monjas e Filhas d’Algo. A aristocratização do monacato feminino (Sécs. XII-XIV)”. In MARQUES, Maria Alegria Fernandes; OSSWALD, Helena (coord.) – *Ao encontro de Histórias e Patrimónios Monásticos. Livro do X Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões*. São Cristóvão de Lafões: Associação dos Amigos do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões, 2015, pp. 27-38.

SOUSA, Cristina Maria André de Pina e; GOMES, Saul António – *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de S.^{ta} Maria de Cós (Alcobaça)*. Leiria: Edições Magno, 1998.

VARANDAS, José Manuel Henriques – *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoester no séc. XIV*. Lisboa: Faculdade de

Letras da Universidade de Lisboa, 1994. Provas de capacidade científica e aptidão pedagógica.

VIGÁRIO, Rafael Marques – *O Mosteiro de Arouca no Século XV (1400-1437). A Comunidade e o Património*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. Dissertação de Mestrado.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

RÊPAS, Luís Miguel – “As várias faces das monjas cistercienses em Portugal (1211-1385)”. *Medievalista* 33 (Janeiro – Junho 2023), pp. 333-350. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.